

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

e-mail de contato: controle@lebonregis.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: Lei Complementar 041/2003; Decreto Municipal 1.171/2004

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 0 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 0 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 1 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Sim. 24/12/2021 - 31/12/2021. Férias sem a presença de substituto

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Não informatizado (controle manual)
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Parcialmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Bom**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

interno não depende dos gestores: **Bom**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Fraco**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Fraco**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Razoável / Satisfatório**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Bom**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Bom**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Bom**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Bom**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Prefeitura Municipal de Lebon Régis Prefeitura Municipal de Lebon régis Prefeitura Municipal de Lebon Régis Prefeitura Municipal de Lebon Régis Prefeitura Municipal de Lebon Régis	Irregularidade em Contratações Temporárias sem Processo Seletivo Regulamentação da Concessão de Adiantamentos Ouvidoria Municipal Publicidade e Transparência de aquisições e contratações emergenciais do COVID-19		Realização de processo seletivo para a contratação Adequação na Legislação Municipal Implantação da Ouvidoria Municipal nos moldes da Lei 13.460/2017 Orientação para criação de site para divulgação de todas as aquisições e	Acatou as orientações e realizou o processo Nenhuma Providência foi adotada Nenhuma Providência foi adotada Acatou as orientações e divulgou as informações em local específico

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

			contratações em função do COVID-19	
--	--	--	------------------------------------	--

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Não

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Sim. Funcionários da própria unidade; Acredito, que a dificuldade não ocorreu de forma intencional por nenhum servidor, mas sim por alguns setores estarem sobrecarregados e desorganizados. De forma geral, mesmo com dificuldades, atrasos e após muita insistência as solicitações são atendidas, exceto uma do Hospital referente as diárias, o que levou este órgão a incluir no Plano de atividades uma auditoria para essa questão no decorrer de 2021.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Inexistente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Inexistente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Afronta a norma legal sem dano financeiro na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Não foram realizados procedimentos na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não foram realizados procedimentos na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Não foram realizados procedimentos na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Sim**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis
Fundo Municipal de Saúde	Auto de Infração P01JN00114 do dia 19/06/2018	1549,22 pago pela administração em anos anteriores	Processo encerrado juntando toda a documentação conforme determina o Decreto 071/2017		Alcione Alves do Santos Não Identificado
Fundo Municipal de Saúde	Auto de Infração 54391444N do dia 24/07/2018	1542,03 pago pela administração em anos anteriores	Processo em andamento para apurar o Responsável		Claudio Felipus Não Identificado
Fundo Municipal de Saúde	Identificar o Infrator	1482,01 pago pela administração em anos anteriores	Processo encerrado juntando toda a documentação conforme determina o Decreto 071/2017		Identificado Não Identificado
Município de Lebon Régis	Auto de Infração P02OK000ML do dia 19/03/2019	1482,01 pago pela administração em anos anteriores	Processo em andamento para apurar o Responsável		Identificado Não Identificado
Município de Lebon Régis	Auto de Infração 54460188N do dia 23/04/2018	198,41	Processo em andamento para apurar o Responsável		Identificado
Hospital e Maternidade Municipal santo Antônio	Identificar o Infrator	133,62 197,18 3000,00	Processo em andamento para apurar o Responsável		
Câmara Municipal de Lebon Régis	Auto de Infração n. 008 785E091001258	7522,50 3250,00	Não foram implementadas medidas até o momento, valor pago no decorrer do ano de 2020		
Município de Lebon Régis	Auto de Infração n. 008 7795448672N		Não foram implementadas medidas até o momento, valor pago no decorrer do ano de 2020		
	Auto de Infração S009556456 do dia 17/06/2018		Processo em andamento		
	Multa por Atraso na Entrega de DCTF de anos anteriores				

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

	(2015 e 2016) res (2015 e 2016) Multa por Atraso na Entrega de DCTF de anos anteriores (2015 e 2016) do órgão COMPEDEC		para apurar o Responsável Não foram implementadas medidas até o momento Não foram implementadas medidas até o momento Não foram implementadas medidas até o momento		
--	--	--	--	--	--

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos	Situação da análise da

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

que convênio foi firmado				transferidos	prestação de contas do instrumento
Município de Lebon Régis Município de Lebon Régis	Termo de Fomento Termo de Fomento	001/2021 002/2021	Transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas de manutenção das atividades da ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ABRIGO INSTITUCIONAL LEONARDO MULLER DEBONI, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho, o qual integra este Termo de Fomento, independentemente de sua transcrição. Transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas com profissional da área social da APAE, bem como a promoção das atividades constantes do Plano de Trabalho, o qual integra este Termo de	R\$ 240.000,00 R\$ 17400,00	Prestação de contas em andamento Prestação de contas em andamento

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

			Fomento, independentemente de sua transcrição.		
--	--	--	--	--	--

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? Não

Entidades (se aplicável): ;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável): Decreto 30/2017

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Não

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:

- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Sim.

Procedimentos realizados:

Controle da Jornada de Trabalho e Pagamento de Horas Extras. Agosto/2020. Todas as unidades

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual): Nenhuma atuação da gestão
- Controle de horas extras pelos gestores: Nenhuma atuação da gestão
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento: Pouca atuação da gestão
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores: Pouca atuação da gestão
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores: Nenhuma atuação da gestão
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores: Pouca atuação da gestão
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos: Nenhuma atuação da gestão
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório: Nenhuma atuação da gestão
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social: Pouca atuação da gestão

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças): Nenhuma atuação da gestão
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal: Pouca atuação da gestão
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento: Pouca atuação da gestão

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Não

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

--	--	--	--	--	--

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? **Não**

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Sim**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

86 pareceres referente a Atos de Pessoal; 160 pareceres sobre adiantamentos, subvenções e convênios; 5 parecer sobre processos de dispensa de licitação referente ao COVID-19; 1 notificação a servidor que foi exonerado e ficou com prestações de contas de adiantamentos e diárias pendentes; 11 notificações para servidores que receberam o auxílio emergencial irregularmente; Elaboração, publicação e implantação da IN CGM 001/2020 que trata dos atos de admissão de pessoal; Elaboração, publicação e implantação da IN Conjunta Contabilidade e Controle Interno 001/2020 sobre compras e aquisição de bens e serviços; 5 ofícios informando e orientando os responsáveis da existência de servidores com mais de 2 adiantamentos pendentes de prestação de Contas; 1 Comunicado orientando sobre o recebimento indevido do auxílio emergencial por parte de servidores municipais; 1 Comunicado orientando sobre a contratação de

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII

peçoal em ano eleitoral e sobre as imposições estabelecidas pela Lei 173/2020;